



Paradigmas e perspectivas estratégicas para o ecoturismo indígena em Rondônia, Brasil

Paradigm and strategic perspectives for indigenous eco-tourism in Rondônia, Brazil

Paradigmas y perspectivas estratégicas para el ecoturismo indígena en Rondônia, Brasil

Flávio de São Pedro Filho <flavio1954@gmail.com >

Doutor em Gestão de Empresas pela Universidade Autónoma de Asunción (UAA), Assunção, Paraguai. Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 05-ago-2012

Aceite: 03-jul-2013

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

PEDRO FILHO, F. S. Paradigmas e perspectivas estratégicas para o ecoturismo indígena em Rondônia. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2., p.227-252, ago. 2013.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



Resumo: A exclusão dos indígenas da atividade econômica prejudica a composição do Produto Interno Bruto Nacional e causa perda de capilaridade no aproveitamento dos atrativos naturais que eles poderiam transformar em emprego e renda. É com base na Teoria do Ecodesenvolvimento, associada aos conceitos de etnodesenvolvimento, de patrimônio imaterial e ambiental, que se propõem algumas medidas inovadoras para reversão de cenário na via das vantagens competitivas. Aqui foi adotado o Método de Estudo de Caso e os procedimentos comuns a este. Responde provisoriamente sobre as perspectivas paradigmáticas estratégicas e simula a oferta de serviços sustentáveis.

Palavras-chave: Ecoturismo; Inovação; Serviços sustentáveis.

Abstract: The exclusion of indigenous from economic activity affect the Gross National Domestic Product's composition and causes loss of capillarity in the exploitation of natural attractions that they could turn into jobs and incomes. This work is based on the Theory of Eco-development, associated with the concepts of ethno-development, immaterial patrimony and environment for proposes innovative measures to reverse scenery on the competitive advantages. It was adopted the Method Case Study and common procedures. Response provisionally about paradigmatic strategic perspectives and simulates the sustainable services' offer. .

Keywords: Ecotourism; Innovation; Sustainable services.

Resumen: La exclusión de los indígenas en la actividad económica afecta a la composición del Producto Interno Bruto y causa perdidas ya que los atractivos naturales podrían convertirse en puestos de trabajo e recetas. Este estudio se basa en la Teoría del Eco-desarrollo, vinculado a los conceptos de desarrollo étnico, patrimonio intangible y el medio ambiente. Propone algunas medidas innovadoras para revertir la situación en el camino de las ventajas competitivas. Para el analisis fue adoptado el método Estudio de Caso y procedimientos comunes. Responde provisionalmente a las perspectivas paradigmáticas estratégicas y simula los servicios sostenibles a ofertarse.

Palavras clave: Ecoturismo; Innovación; Servicios sostenibles.

Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa em andamento na busca por um modelo estratégico para a gestão do ecoturismo indígena no Estado de Rondônia. É possível que esta proposição venha a oferecer elementos úteis na construção de políticas públicas de inclusão dos tribais na economia formal. Descritos na legislação como elemento incapaz ou relativamente capaz, a depender do grau de integração, o povo tradicional padece das consequências pela falta de diretrizes que permitam a sua capacitação para o receptivo turístico sem influência sobre os seus atributos originários, portanto seja esta atividade uma via para a integração socioeconômica. Inobstante esforços do organismo controlador, diversas tribos estão em extinção, como é o caso do povo Akuntsu, que conta hoje com apenas cinco integrantes. Agentes químicos da atividade agroindustrial estabelecida no entorno de Reservas Indígenas vêm reduzindo cada vez mais os produtos da pesca esperada pelos silvícolas, e as obras civis como rodovias e hidroelétricas ameaçam a sustentabilidade envolvendo diversas tribos que protestam temerosas da insegurança futura na selva. Esta pesquisa busca, reconhecendo a realidade estrutural, abrir uma discussão pendente que é o seu etnodesenvolvimento na Amazônia Ocidental. E a pergunta que se formula nesta tarefa é a seguinte: quais os paradigmas e as perspectivas estratégicas para o ecoturismo indígena no Estado de Rondônia? A resposta será oferecida após a revisão bibliográfica e a metodologia que permita o trabalho investigativo, com uma conclusão provisória e registro das sugestões recomendadas para a consolidação da tarefa.

Cenário deste estudo

O cenário deste estudo é o Estado de Rondônia conforme destaque na Figura 1, que possui 52 municípios e está situado na Amazônia Ocidental Brasileira. Tem fronteira de um lado com o Estado do Amazonas e do outro com o país vizinho, a Bolívia. Esta localização geográfica é privilegiada, pois a Rodovia do Pacífico que ligará o Brasil ao Oceano Pacífico está concluída e no aguardo de inauguração que resultará em significativo surto desenvolvimentista em toda a Região.

A população rondoniense é composta por 61% de indivíduos em idade produtiva e o Estado detém a menor concentração de Renda no Norte brasileiro. A receita estadual cresce revelando o Estado nas estatísticas como forte produtor alimentício e gerador de emprego, destacando-se pelo agronegócio. No Zoneamento Econômico-Ecológico elaborado no início da década de 2000 aponta uma área territorial de aproximadamente 239 mil quilômetros quadrados, com 50% desta oferecendo potencial para a exploração de atividade econômica, 15% de áreas de conservação e manejo sustentável, e aproximadamente 35% são de áreas protegidas por legislação, mantendo espaços conservados úteis à visitação consciente.

Figura 1. Estado de Rondônia, no Norte do Brasil.

Fonte: Material elaborado pelo autor.

O potencial turístico possui natureza ecoturística, com o Rio Madeira como o principal atrativo. Os demais são atrativos ecológicos exóticos como o Lago de Cuniã demonstrado na Figura 2, o Vale do Rio Guaporé na Região de Costa Marques, espaços montanhosos para o rapel, e esportes radicais de vôo livre, acessibilidade selvagem para motocross, bicicross; campeonatos indígenas como na Figura 3.

A população indígena anfitriã é composta na maioria de tribos de origem Tupy, sendo as mais conhecidas as sediadas no entorno da Capital Porto Velho, e as que se estabelecem próximas de Municípios como Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena. Estão catalogados pela Fundação Nacional do Índio os seguintes povos clânicos estabelecidos no Estado de Rondônia: Aikana, Amondawa, Arara, Cinta Larga, Gavião, Jaboti, Kampé, Kanoé, Kariatina, Karipuna, Puroborá, Sabané, Surui, Tupar, Wari, Zoró. O Departamento Estadual de Saúde Indígena (DESEI), organismo que atende às populações indígenas, em seu relatório disponibilizado na Internet, indica uma população de 10.827 indivíduos. Mas o relatório oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referente ao ano de 2010 aponta como autodeclarado indígena uma população estimada de 12.015 indivíduos. A mescla segue ascendente, e o ecoturismo não poderá influenciar nesta evolução. Igualmente, o acultramento que o impacto do turismo causa no histórico da relação econômica deve ser tratado com a devida cautela para que não venha resultar na extinção das tribos anfitriãs, o que resultaria na extinção também da própria atividade de ecoturismo indígena, daí o significado de garantir a sustentabilidade deste atrativo.

Uma saga de destruição se abateu sobre estes elementos indígenas a partir da década de 1970, período da marcha para o desbravamento da Amazônia imposto pelo Governo Federal Brasileiro sob o lema “Desbravar para não entregar”. Os que viviam historicamente na Floresta passam a ressentir com o castigo do deslocamento desestruturado com todas as consequências que se notificam nos documentários. O índio passa a ser acometido de doenças transmitidas pelos invasores, resultando na morte de milhões de tribais na Amazônia. Posteriormente, graças a ajustes providenciados pelo Poder Público Federal, as políticas públicas de proteção passam a ser reais e mensuráveis, com tendência a ser um marco pela subsistência dos Povos da Floresta. O visitante consciente deve manter a devida acuidade ao empreender visitas e usufruição do ecoturismo indígena, buscando como providência principal a conservação e preservação de todo um contexto que evite impactar negativamente a sua presença entre os anfitriões.

Figura 2. Lago Cuniã em Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia.



Fonte: Reserva Extrativista do Cuniã, Foto de Divulgação não catalogada.

Figura 3. Campeonato indígena em Rondônia.



Fonte: Foto de Tatiana Cardeal em obra não catalogada.

Diversas festividades populares revelam a cultura rondoniense, quando apresentam os Grupos Folclóricos como o prestigiado Flor do Maracujá do Município de Porto Velho, e o Grupo de Duelo da Fronteira de Boi Bumbá, originário do Município de Guajará-Mirim; registram-se ainda as festas populares de vaquejadas dos Municípios de Ariquemes e de Ji-Paraná, dois pólos que se destacam pela atividade agropastoril; nestas duas localidades são tradicionais as exposições agropecuárias com cantos, ofertas de comidas típicas e do som na cultura e tradição popular; registram-se torneios de vaquejadas no mesmo nível daqueles festivais de rodeio que praticam em Las Vegas, nos Estados Unidos da América. Passeios do visitante ecoturista nos arredores das cidades do seu receptivo lhes levará a fotoimagem de valor, quando documentarão as famosas orquídeas selvagens de Rondônia; encanta aos visitantes observar os animais silvestres como a onça pintada, macacos e milhares de espécies de pássaros como a arara, e demais formas livres da Floresta Amazônica no Estado de Rondônia. Existe atratividade nos diversos rios da região, com destaque para a pescaria esportiva no Rio Roosevelt, Rio Guaporé, Rio Machado e outros. São estes os atributos culturais, bióticos, abióticos e estéticos que matizam o cenário desta pesquisa aplicada.

Revisão bibliográfica

Objetivando satisfazer a complexidade circular tratada aqui, se faz imprescindível o foco teórico que possa substanciar o objeto em estudo. Impossível traçar perspectivas sem os pilares doutrinários que as sustentam desde os paradigmas. Portanto é inserido neste escopo a Teoria do Ecodesenvolvimento que pareceu a mais adequada; foram inseridos os conceitos de desenvolvimento regional por endogenia, de etnodesenvolvimento, do ecoturismo e de seus produtos considerados essenciais para a modelagem proposta.

A Teoria do Ecodesenvolvimento

A Teoria do Ecodesenvolvimento da autoria de Sachs (2001) é básica nesta tarefa, pois inclui a visão sistêmica, onde se busca paradigma para a compreensão da complexidade que envolve as suas variáveis. O conceito de ecodesenvolvimento fora lançado pelo canadense Maurice Strong e concebe que o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolavelmente vinculados; devem ser tratados mediante a dinâmica do conteúdo, das modalidades e da utilização do crescimento. Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Nesta visão holística, o ecoturismo participativo compatibiliza a força do homem, de sorte que a interdependência das partes complementa o conceito do todo, resultando no desenvolvimento social, econômico e ambiental. O autor da Teoria do Ecodesenvolvimento sugere como princípios básicos os adaptados nesta tarefa, como seguem:

- a) A satisfação das necessidades básicas dos tribais, quesito que neste estudo estima reverter positivamente o atual padrão, em estreita harmonia com o ambiente, mantida a cultura dos povos tradicionais.
- b) Solidariedade com as gerações futuras, que nesta perspectiva de investigação espera documentar, pela primeira vez na história, um conceito na língua materna apostilando a tradição para a posteridade.

- c) Participação da população indígena envolvida, que nesta proposição reúne os interessados para atuarem na formulação dos seus propósitos autênticos.
- d) Preservação dos recursos naturais e do meio ambiente predominante na sua Reserva ou tribo, que nesta tarefa focalizará o espírito conservacionista pensando na usufruição das gerações vindouras, inclusive as do entorno.
- e) Elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas, enquanto lhe favorece com multiplicadores endógenos.
- f) Programas de educação, que nesta intervenção tratará, principalmente, sobre empreendedorismo, sustentabilidade e gestão própria para o ensino indígena. Considere aqui a Oficina de Capacitação desenhada e apresentada na mesa temática sobre Cultura para o Desenvolvimento Humano, do IX Congresso Latinoamericano de Humanidades: Ciencia, Educación e Cultura, realizado em Iquitos, no Peru.

A literatura sobre turismo sustentável aponta a concretização de programas destinados à redução de impactos negativos sobre as populações em alguns países, que o fazem de modo corporativista e clientelista. Porém, programas direcionados às amarras eleitorais fundem interesses partidários e têm como consequências os reiterados fracassos. Nesta sorte estão municípios com potencial ecoturístico, porém em dificuldade, em razão da falta de percepção para a construção de cenário por etnodesenvolvimento.

Conceitos de desenvolvimento regional por endogenia e o etnodesenvolvimento

Tomando como referencial a regionalidade, o desenvolvimento através da endogenia implica na capacidade sinérgica de gerar valor agregado com retenção do excedente econômico local, além de impulsionar a atratividade mediante troca com outras regiões. O ecoturismo estruturado em áreas indígenas, por exemplo, edificado através da endogenia, resultaria na evolução das disponibilidades existentes em uma tribo ou Reserva Indígena, enquanto induz o aproveitamento no cenário para a própria qualidade de vida; eleva o padrão econômico dos clânicos e motiva a visitação por interessados atraídos pelo turismo exótico oferecido pelos anfitriões tribais. E o resultado seria a geração de emprego e renda, com progresso regionalizado garantido por aglomeração de firmas ou *cluster* voltados para o lazer, entretenimento e variados serviços sustentáveis no cenário periférico.

Autores como Von Thünen, Weber, Preddöl, Cristaller, Lörsch e Isard são citados por Arthur (1994) e em Krugman (1996) para explicar a complexidade na ocupação de espaços por firmas na composição, por exemplo, de um *cluster* de entretenimento desde a organização do ecoturismo indígena. É nesta mesma abordagem que se compreende o desdobramento e a abrangência da decisão pelo exótico; a planta ecoturística resultará em receptivo, que requer instalações hoteleiras; por conseguinte admite a aquisição de bens e de serviços diversos, gerando multiplicadores de emprego, renda e progresso regionalizado. A aglomeração de firmas afins e correlacionadas entre si formata uma ocupação de espaço físico, econômico, social e institucional na rota da integração com endogenia para a formação de um *cluster* de entretenimento regionalizado, admitindo a inclusão dos povos tradicionais.

Boisier (1999) apresenta um inovador referencial de desenvolvimento territorial, que envolve questões endógenas e exógenas; as primeiras são voltadas para a região, e as outras são intervenientes ativos do fenômeno heteronômico. Para a seleção das primeiras questões, o governo conduzirá o processo, gerando catalisadores individuais na formação de capital social. Desta sorte, atores locais

são focalizados para o fenômeno de endogenia, como sinônimos de laços cooperativos. O estudioso é categórico ao traçar conceito normativo de plano, reconhecimento de estratégia de poder e negociação, e construção de projeto político na pauta do desenvolvimento endógeno. O plano como norma de ação, com a presença do Estado com o seu poder de arbitrar e controlar; a estratégia, com o reconhecimento e ações, poder e capacidade de negociação; e plano político, com a complexidade, poder de consenso, lógica e pauta de conduta.

Conceitos de ecoturismo e de seus produtos

O ecoturismo é a atividade humana caracterizada pela viagem ao ambiente natural ou intocado e geralmente selvagem. Este conceito é relativo, pois o indivíduo oriundo da selva poderia qualificar uma metrópole como uma selva de pedra, em face da sua constituição arquitetônica ou da sua engenharia urbana. O fato é que ambos ambientes possuem os seus atrativos ou produtos que encantam ao visitante, ensejando o prazer e bem estar, motivando investir nos serviços de lazer e de entretenimento.

Estudo do objeto permite conceituar ecoturismo indígena como sendo a atividade econômica sustentável, desenvolvida em território clânico para o lazer, entretenimento e conhecimento de cultura exótica, tendo como principal atrativo usufruir os espaços naturais em interação com os índios. Porém Janer e Mourão (2003) conceituam o ecoturismo indígena ou Turismo em Terras Indígenas como sendo:

Atividades que proporcionam ao visitante a troca de conhecimentos, vivência e experiências culturais, regionalismos e marcas de miscigenação racial; possuem grande interesse turístico, tais como a gastronomia, a música, o artesanato, as vestimentas. Modos de vida, tais como atividades de lida com o gado, de pesca, de fabricação de medicamentos e cosméticos naturais entre outros, agregam valor cultural ao roteiro ecológico (Ibid, p. 164).

Pedro Filho (2007), porém, prefere aderir ao conceito da International Echotourism Society, e define o ecoturismo indígena, como sendo a viagem responsável, para áreas onde conservem o meio ambiente, respeite os aspectos socioculturais e o patrimônio étnico, em promoção do bem estar da comunidade indígena anfitriã, mediante o pagamento pela estada no sítio liberado. Cabe ingressar neste tópico os conceitos de produtos atrativos que complementam este cenário interpretativo.

Cooper et al. (2001) trata sobre produtos ou atrativos turísticos como os ecoturísticos propostos nesta tarefa. Eles se referem às Atrações Turísticas por agrupamentos, apontando aquelas Presentes na Natureza e as que são Artificiais. As Atrações Presentes na Natureza, segundo os citados autores, englobam o clima, vegetação, florestas, paisagens, animais selvagens. As de Natureza Artificial são produtos da história e cultura popular, incluindo os parques temáticos e demais centros de entretenimento construídos e oferecidos aos turistas. Estes autores apontam características para os Produtos Artificiais, estabelecendo-lhes as de natureza Cultural, como a religião, cultura moderna, arquitetura e sítios arqueológicos; as de Natureza Tradicional, como sendo o folclore e a cultura animada; e, finalmente, os Eventos, como as atividades esportivas, o campeonato indígena, as festas populares do calendário local, a tradicional Festa Mapimá que celebra o Ano Novo Paiter Surui, dentre outras.

A manutenção dos produtos ou atrativos naturais, artificiais e eventos exigem gestão de espaço para que evite a superlotação e, por conseguinte, detenha a degradação nos sítios desses atrativos.

Os autores registram a tentativa de estabelecer uma distinção entre Atrativos Naturais e Produtos Artificiais; justamente aqui, os atrativos e os produtos entram em confluência, a mesma considerada nesta tarefa, na busca de um inventário patrimonial ecoturístico lançado pela natureza em Reservas Indígenas. Consta-se que, ao depreender acerca da visão de Middleton (2002), os produtos ecoturísticos, por estarem presentes na natureza, terão os seus compostos associados à qualidade ambiental. Entra aqui um conceito de utilidade, pois conforme apropriação inicial, o patrimônio natural seria um dos principais atrativos nas áreas indígenas rondonienses.

Conceito de patrimônio imaterial

Pesquisa bibliográfica em Feitosa e Da Silva (2011) nos remete à Constituição da República Federativa do Brasil a aos conceitos oriundos da Organização das Nações Unidas. A Carta Magna brasileira estabelece nos seus artigos 215 e 216 o conceito universal para patrimônio imaterial, que o autor entendeu estar expresso nas práticas sociais que inclui os saberes, o modo de fazer a sua operacionalidade; as comemorações contidas nos calendários, a reunião e o conjunto de representações cenográficas ou plasticidades, bem como a músicas, a dança, a expressão corporal; os mitos e o lúdico manifestados da cultura, na religião e no sagrado incutido na memória; os artigos que conduzem à representação simbólica, e o entorno do ambiente que leve a uma interpretação do mágico e do encantamento, ou que revele a identidade e a história; este patrimônio inclui ainda a língua com as suas nuances representativas, como o acento e suas declinações características; os artefatos lógicos que representam uma comunicação do indivíduo e demais elementos que, de alguma forma, tenham correlação com os citados nesta contextualização. A Organização das Nações Unidas também define o patrimônio imaterial como toda representação, objetos ou artefatos com os seus significados, as expressões e práticas que revelam a identidade de um grupo, relações estas que foram homologadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional do Brasil, por meio do Inventário Nacional da Diversidade, que devem estar preservados e protegidos pelo Estado. Inobstante bases conceituais sólidas, é fundamental que se conheça o patrimônio imaterial indígena, como vem sendo proposto pelo Cacique Wabuá Xavante, da Tribo estabelecida no Norte do Estado de Mato Grosso, no Brasil, e que ampara a linha cognitiva na construção desta tarefa.

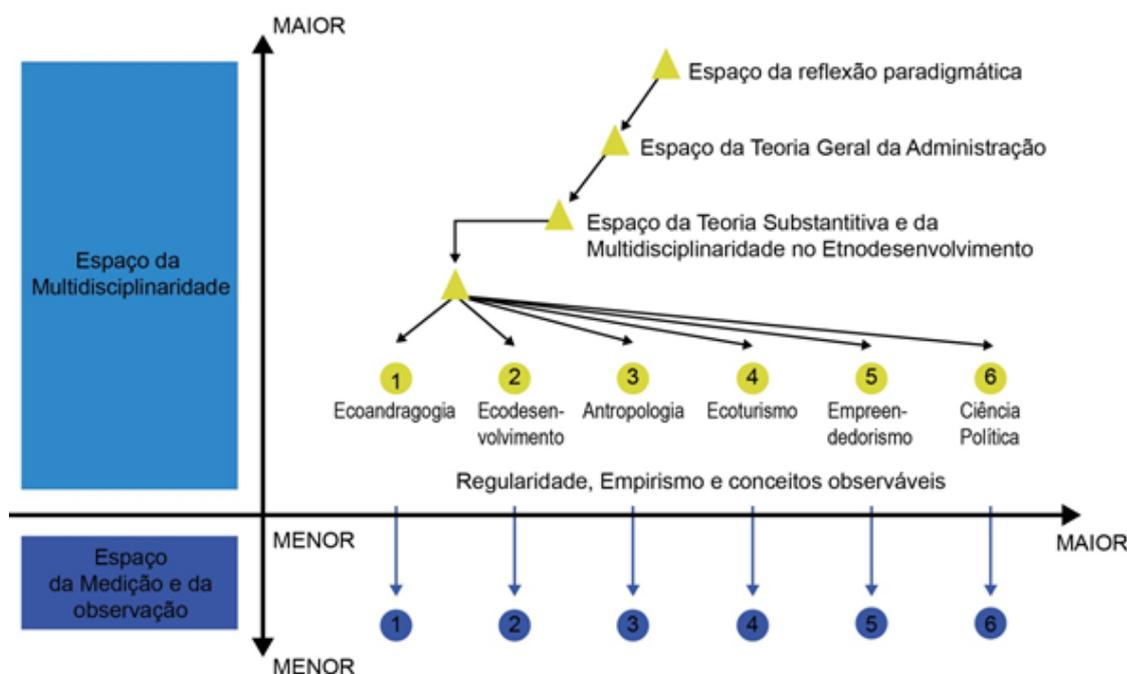
Metodologia

Thiollent (1998) entende que a metodologia é a disciplina relacionada à epistemologia ou à filosofia da ciência; segundo ele, o seu objetivo consiste em analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Esta é uma pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória construtivista; seguiu pelo Método de Estudo de Caso, com os procedimentos comuns a este. Para Leenders e Erskine (1973), um caso é a descrição de uma situação administrativa, envolvendo geralmente problema ou decisão. É trabalhado sob o ponto de vista do envolvido com tal problema ou decisão, permitindo procedimentos de análise do processo e acompanhamento dos passos, como se procedeu aqui para o oferecimento de perspectivas estratégicas para o ecoturismo indígena, observando, buscando literatura, levantando dados, ouvindo as partes, analisando o contexto e entendendo as circunstâncias para explicar os fatos.

Achío Tacsan (2006) ingressa nesta tarefa oferecendo orientação proficiente para a conduta ética diante da natureza da atividade e do próprio método de intervenção. O respeito às pessoas envolvidas nesta tarefa é sustentado pela autora em dois pilares: primeiro, a autonomia destes atores e, segundo, a beneficência que o produto trará para todos. Outros princípios universais consagrados também serão considerados, como a não-malificência, justiça, segurança aos envolvidos e o consentimento informado como proposto por Dunn e Chadwick (1999). Para estes autores o princípio de beneficência tange à obrigação de reunir os esforços de modo a garantir o bem estar ao sujeito da investigação; além do dever de maximização dos benefícios prováveis e minimização no caso de possíveis danos. O princípio de justiça evoca o amparo a grupos culturais e sociais, raciais e étnicos, enquanto que o princípio de segurança visa garantir que o trabalho não causará qualquer dano aos envolvidos. O princípio do consentimento informado visa garantir que os envolvidos estejam conscientes de todas as etapas do trabalho investigativo e que poderá ser interrompido sob controle e, se isso ocorrer, estará o sujeito da pesquisa devidamente apto a desvincular-se livremente do processo investigativo. Imagens coletadas na web de domínio público, sobre os elementos tratados, são incluídas como recursos visuais, conforme recomendado na academia para estudos envolvendo a atividade turística, como o ecoturismo focalizado nesta tarefa.

Esta tarefa se apoia, ainda, no Método das Ciências Substantivas propostas por Pedro Filho (2009), na sua tese de doutorado junto a Universidad Autónoma de Asunción, obedecendo a Sautu (2005). Conflui a metodologia da pesquisa bibliográfica com a complexidade do entorno do conhecimento para interpretação válida dos estudos indígenas, como este. A diagramação a seguir explica o delineamento basilar. A Figura 4, a seguir, demonstra a construção do cenário investigativo entre o marco teórico e o desenho proposto na pesquisa na sua complexidade, que foi adaptado de Sautu (2005), aqui denominado pelo autor como método das ciências substantivas.

Figura 4. Representação gráfica da construção do método das ciências substantivas.



Fonte: Adaptativo de Pedro Filho (2009) a partir de Sautu (2005).

Na demonstração gráfica acima se encontram dois espaços: o da medição e observação na base, e o da multidisciplinaridade como pilar. No primeiro, temos a linha de avanço desde uma reflexão menor, até a reflexão amadurecida pelo suporte teórico advindo de diversas áreas que influenciam o pensamento científico; quanto mais se avança no apanhado teórico de cada uma das possíveis ciências, mais amadurecidas serão a medição e a observação, como se vislumbra neste momento. No segundo, estão propostos diversos pilares de sustentação, como sejam, as bases teóricas capazes de trazer paradigmas de referência metodológica. Partindo do pressuposto de que a Teoria da Administração poderá abrir o duto de abstrações, considerou-se a confluência multidisciplinar envolvendo as Teorias Substantivas, como a Ecoandragogia, centrada nas relações do aprendizado com o meio ambiente selvagem; o Ecodesenvolvimento, que teoriza sobre aspectos econômicos relacionados à exploração sustentável do meio ambiente; a Antropologia, que focaliza o humano na sua grandeza, desde a própria essência, como parte da natureza por ser indígena; o Ecoturismo, tratando dos conceitos relacionados à integração clânica na via turismo ecológico; o Empreendedorismo, tratando da organização da empresa familiar clânica, como iniciativa capaz de transformar os atributos disponíveis no meio ambiente em indutores de riqueza para a lucratividade; finalmente a Ciência Política, considerada imprescindível para sugerir modelagem de política indígena inovadora, apta a modificar a atual condição de vida dos agentes beneficiários da ação empreendedora, trazendo vantagem estratégica. Estes campos do saber científico é que deverão sustentar reflexões de regularidade conceituais aptas ao suporte da comprovação do empírico e do observado ao longo da investigação.

Resultados no modelo sóciotécnico em Wabuá Xavante

Tratar sobre a abordagem do ecoturismo no Estado de Rondônia exige um referencial para que se compreenda a intervenção. Estudo comparado aponta que a atividade traria qualidade de vida aos envolvidos, pois o residente da Floresta ressurgirá do ócio e o visitante ingressará na aventura pelo lúdico da Amazônia Ocidental. Tal relação pressupõe bem mais consistente se considerar a troca de conhecimento, a constituição de acervo utilitário da História das populações originárias, e os paradigmas cognitivos oriundos da proposta de Wabuá Xavante adaptado a um modelo administrável.

Wabuá Xavante é um ancião cacique na Tribo Xavante, estabelecida no Estado de Mato Grosso, no Brasil, que foi revelado pelo Professor Dr. José de Jesús Pérez-Alcázer, da Universidade de São Paulo. Este docente, em colaboração com outros estudiosos naquela instituição, aprofundou pesquisa centrada no fenômeno da globalização com a preocupação de conservar as raízes dos povos tradicionais e os seus valores. Foi quando o citado líder Xavante estabeleceu a necessidade de se conhecer a cultura e a tradição indígena como forma de busca pelo respeito, admiração e proteção diante das transformações impostas pela dinâmica global na sociedade hodierna. Entretanto não se conhece no país um modelo capaz de registrar e monitorar as incursões do não-índio nos espaços demarcados. O fato é que o elemento índio continua com um histórico de desempenho restrito. E sua contribuição, como produtor de serviços sustentáveis, como o ecoturismo indígena, permanece à margem da realidade com perdas inclusive na economia formal do país. Destarte, chegada a hora de revelar tal possibilidade, tendo em pauta o conteúdo teórico proposto nesta tarefa, segue uma modelagem sociotécnica considerada consistente em idealizador estratégico, e no formato requerido pelo referido ancião tribal.

Estudo em Prats (2005) indicou a criação do Conselho para o Patrimônio Etnológico há três décadas na França, que permitiu o inventário e a consciência patrimonial laica. No Brasil não se tem notícia de tarefa similar, inobstante o trabalho desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Ministério da Cultura no Brasil, que rendeu tratamento pela ótica da etnicidade, mas o trabalho se voltou tão somente para a listagem e catalogação do volume artístico e cultural disponível em um levantamento weberiano. Pode o citado autor identificar intervenção pública para o tratamento do patrimônio étnico; apontou convênios com universidades pirenaicas, objetivando desenvolver pesquisas patrimoniais dos povos estabelecidos nas montanhas. Foi uma providência da jornada de Lérida, voltada para esta preocupação de interesse, não apenas do turismo, como também para avaliar a confluência entre os povos para composição do senso migratório; adiciona resultados sinérgicos como catalogação de artes sacras, construção de significativo acervo fotográfico, geração de documentário em vídeo e consideráveis registros por fotoimagens, criação de novos postos de trabalho e outras consequências positivas para o desenvolvimento regionalizado. Considera-se, ademais, a importância desses produtos para apoio ao ensino, mediante artefatos úteis no suporte didático de universidades, como também ao serviço de turismo, com subsídios para elaboração de cartazes, imagens para a divulgação do artesanato, das danças típicas e outras manifestações catalogadas, imprescindíveis para o conhecimento sobre as reais possibilidades de entretenimento de visitantes turistas em geral e ecoturistas, em particular.

De acordo com o pesquisador acima referido, na década de noventa foi implantado o Inventário Patrimonial Etnológico da Catalunha, na Espanha, sob a forma de convocatória pública, sendo a primeira intervenção governamental para dotação de recurso para investigação do patrimônio étnico. A ação governamental possibilitou o conhecimento sistematizado sobre a cultura e a sociedade dos povos tradicionais, oferecendo como resultado o Documento de Treball. Aqui, foi identificada a endogenia da cultura catalã e interpretada a mescla após a chegada de ciganos no período da guerra hispânica entre 1936 e 1939, quando esse povo romanês passa a impor a sua presença sociopolítica, cultural e étnica na região da Catalunha. Neste contexto, cabe um tratamento sobre o desencadear de tendências que dê base às razões pelas quais se volta para o estudo antropológico do patrimônio étnico e todo um conjunto de idealizadores a serem alçados pela Ciência da Administração para propor estruturas organizacionais na área do turismo e hospitalidade em Rondônia. Portanto, são colocadas em discussão nesta tarefa dez perspectivas estratégicas amparadas por suporte literário válido.

Estratégia com base no etnocentrismo em Rondônia

O etnocentrismo poderá ser tomado como estratégia genérica vinculada à crença enraizada na cultura de um povo indígena. O conhecimento tradicional pareceu ser a via mais adequada para compreensão do estado da arte, interessante para o visitante em atividade ecoturística desejoso em temas antropológicos etnocêntricos. Outra não poderia ser a trajetória, face ao convencimento de que o grau de civilização de uma comunidade estabelece a importância e a superioridade destas crenças, criando vertentes para os domínios do comum ou vulgar, do religioso e do científico. A relação da crença do povo sustentará tais conceitos, estabelecendo o processo e a durabilidade da transformação em graus de conhecimento, que inclusive enseja o desenvolvimento das tecnologias apropriadas. Tanto que no Quadro 1 abaixo se apontam exemplares nativos relacionados à sazonalidade de

colheitas, fertilização de solos e saberes dos indígenas em Rondônia no particular, e na Amazônia em geral.

Quadro 1. Exemplo de saberes tradicionais para estratégia na etnobotânica

Ordem	Nome etnobotânico (Nome científico)	Representação cognitiva
1.	Açaí (<i>Euterpe precatoria</i>).	É um exemplar de palmeira que produz frutos ricos em elementos energéticos, conforme comprovado cientificamente. A polpa do fruto é um alimento diário entre os povos tradicionais, sendo também apreciada na forma de sucos, sorvetes e outras iguarias características na Região da Amazônia.
2.	Andiroba (<i>Carapa guianensis</i> Aubl).	É uma árvore amazônica que fornece determinado óleo de tonalidade amarela utilizada para efeitos medicinais, principalmente como insetífugos.
3.	Ayahuasca ou Cipó d`alma (<i>Banisteriopsis caapi</i>).	É uma planta trepadeira da Amazônia Ocidental, utilizada pelos pajés para cerimônias religiosas e também para tratamento de moléstias psicóticas.
4.	Copaíba (<i>Copaifera</i> sp).	É uma árvore que produz um óleo balsâmico usado em diversas terapias. O seu valor medicinal como anti-inflamatório e para cura de doenças infecciosas é reconhecido internacionalmente.
5.	Cupuaçu (<i>Theobroma Grandiflorum</i>).	É uma árvore similar ao Cacau, cujo fruto constitui alimento para humanos e animais da Floresta Amazônica. A polpa cremosa deste fruto é utilizada também para sucos diversos e sorvetes de sabores exóticos apreciados internacionalmente. A semente é aplicada para tratamento de dores lombares e abdominais.

Fonte: Autor a partir de apropriações bibliográficas diversas.

Estratégia com foco na etnobiologia e nos saberes alimentares

A etnobiologia faz confluência no estudo antropológico do patrimônio étnico, desmembrada em etnobotânica e etnozologia. Este ramo do conhecimento tradicional busca estudar a relação sistêmica do homem com o ambiente, em uma interação ecológica de crenças, adaptações e troca que resulta em compromisso ideológico formal com resultados práticos na vida do tribal. O visitante ecoturista levará consigo inesquecíveis momentos com os saberes tradicionais etnobiológicos predominantes em Rondônia.

No ponto de vista científico, a etnobiologia não oferece uma metodologia própria de estudo, pois no campo epistemológico, o aprendizado neste eixo do saber está na experiência histórica da raça que o absorve e o incorpora na sua tradição. A geração de hipótese comprobatória dos experimentos está da raiz da cultura; no caso do indígena, restou uma lacuna decorrente da falta da escrita, este recurso próprio dos povos de civilização mais evoluída no contexto informativo. O conhecimento tradicional é assim incorporado ao saber comunitário, tendo como complemento o mágico da crença em franca transformação ao longo da sistematização e do teste. É como se reporta Holling et al. (1998), quando trata da flexibilização do conhecimento através do fazendo-aprendendo, uma forma comum de construção cognitiva indígena; para eles a ciência biológica moderna é resultado de um

sistema tradicional ingressado na estrutura contemporânea na via dos experimentos. A Figura 5 apresenta a saborosa graviola, e o Quadro 2 a seguir aponta alguns saberes etnobotânicos de natureza alimentar que foram incorporados entre os clânicos.

Figura 5. Graviola, fruto amazônico livre no Estado de Rondônia.



Fonte: Internet de domínio público.

Quadro 2. A etnobotânica como estratégia dos saberes alimentares indígenas.

Ordem	Nome etnobotânico ou científico	Características ou representação alimentar
1.	Abiu (<i>Pouteria caimito</i>)	Fruto selvagem, pesando de 100 a 200 gramas, rico em vitaminas.
2.	Ariá (<i>Calathea allouia</i>)	Bulbo consumível assado e amassado na farinha de mandioca; é rico em proteínas e amido.
3.	Cacau (<i>Theobroma</i> sp.)	Fruto selvagem rico em proteínas e vitaminas.
4.	Cupá ou cipó-babão (<i>Cessus gongyloides</i>)	Tipo de mandioca arbórea, cujas manivas são comestíveis assadas ou cozidas; são ricas em proteínas, gorduras e vitaminas.
5.	Graviola (<i>Annona</i> sp.)	Fruto selvagem de seleteo sabor, rico em proteínas e vitaminas.
6.	Mapati (<i>Pourouma cecropiaefolia</i>)	Uvilha silvestre Amazônica, rica em vitaminas.
7.	Pequi (<i>Caryocar</i> spp.)	Fruto selvagem comestível cozido, ou misturado a outros alimentos, rico em vitaminas e proteínas.
8.	Pupunha (<i>Bactris gasipaes</i>)	Fruto da palmeira do mesmo nome, de sabor considerável, consumida cozida ou assada, rica em proteínas e vitaminas.
9.	Taioba ou taro (<i>Xanthosoma</i> sp.)	Oferecem duas vezes por ano folhas e raízes comestíveis, rica em proteínas e vitaminas.
10.	Sapota (<i>Quararíbea cordata</i>)	Fruto selvagem, medindo em torno de 9 a 12 cm, rico em vitaminas.

Fonte: Autor a partir de apropriações bibliográficas diversas.

Estratégia com base na relação com o animal da floresta

O povo tradicional traz o xamã para coligar nos assuntos de animais selvagens. Entrevista a visitantes aponta o interesse por esta relação que alimenta a sua curiosidade. Assim, os sonhos do pajé constituem-se na via a ser interpretada para o ecoturista, quando se revela o tipo do animal que sugere o diagnóstico de doença na tribo. São estórias amazônicas em Rondônia, na qual se supõe que o agouro existe, e que os sacerdotes tribais convocam os Guardiões da Floresta, seres espirituais metafóricos contidos nas praticas ritualísticas. Por outro lado, o ritual da crença permite também o controle ecológico na via do equilíbrio, pois ao estabelecer preferência por alimento à base dos animais de menor dimensão e que se reproduzem com maior dinâmica, os clânicos estarão efetuando a sustentabilidade no meio ambiente, segundo a tradição tribal. Esta seria a trajetória do conhecimento antropológico útil ao visitante curioso em entender sobre a interpretação metafórica incorporada à verdade tribal.

O consumo etnozoológico é mais uma relação; vem da captura de espécimes ricas em proteína, dentre os disponíveis segundo a sazonalidade: são comestíveis os aquáticos, podendo registrar os peixes como piraíba e o pirarucu; as tartarugas e seus ovos são significativamente apreciados pelos Paiter Surui; as aves são muito requisitadas nas comunidades clânicas, predominando a siriema, codornizes, e perdizes abundantes em regiões de várzeas na Amazônia Ocidental; os animais obtidos através da caça tem sido raros na Região, mas ainda capturam a anta, porco-do-mato, paca, cutia, tatu, macaco, veado e outros mamíferos. Eles consomem espécimes animais larvares, como a larva do ingá, planta que acumula quantidade expressiva de larvas comestíveis, larva de borboletas e outras. Todos estes animais digeridos enriquecem os tribais com gordura, proteínas, carboidratos, minerais e calorias suficientes para a nutrição regular de acordo com a tradição etnozoológica aprendida entre gerações pelos indígenas.

Ao investigar a relação entre ecologia e a sociedade dos excluídos, Alimonda (2005) deixa claro que os pobres tradicionais são geralmente acusados por destruir o seu entorno com os seus sistemas produtivos indisciplinados. Para o autor, as modernas sociedades culpam equivocadamente as vítimas pela sua própria falta de progresso; mas a realidade é que a exclusão das minorias os fragiliza no discurso sobre o seu desempenho produtivo. Como terão que se alimentar, a solução seria explorar os produtos existentes no seu entorno ambiental. Não é diferente a exploração de uma Reserva Indígena, quando o povo tradicional, que era nômade, se vê alijado da liberdade de expansão das suas possibilidades extrativas.

Estratégia com foco no etnodesenvolvimento de minorias indígenas em Rondônia

Os movimentos sociais na América do Sul no geral, e em particular na Amazônia Ocidental, adquiriram certa força a partir da década de setenta; esta mobilização étnica resgatou fundamentais itens reivindicatórios, como a autonomia territorial, cultural, religião e outras formas de identidade, porém sem tratar sobre o equilíbrio ambiental e muito menos sobre o ecodesenvolvimento. Estes fatos são do interesse do ecoturista visitante em estudo ou lazer na Região. Estes movimentos se encorpavam inicialmente no contexto agrário por grupo que estavam desaparecendo, como os de negros rurais; buscavam etnogênese no sentido de afirmação que na década de noventa atinge a real

identidade, e com ela a do índio brasileiro. É possível afirmar que esta mobilização resultou em um efeito demográfico significativo, pois em menos de uma geração a população indígena do Brasil dobrou em número de indivíduos conforme o censo do ano de 2000, além de conquistar algo em torno de 12% do território nacional como todo e aproximadamente 20% do território amazônico, além de fazer prevalecer uma posição que não se imaginaria em um país excludente e preconceituoso, pois aproximadamente quatrocentos mil indivíduos se declararam índios. E no censo de 2010, aproximadamente 817 mil recenseados se declararam indígena no país, com um crescimento significativo na sua população, como consta do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resta incrementar os meios alavancados ao bem estar desta minoria.

Estratégia com base na relação monetária e na mobilização para a inclusão étnica na Amazônia

Vale registrar sobre o volume monetário envolvido na estratégia de intervenção branca no território brasileiro, com o objetivo de trazer a sustentabilidade em espaços nacionais. A tendência pelos investimentos pressupõe a aplicação para implantar meios estruturantes do ecoturismo indígena; os próprios investidores viajantes aguardam estas vantagens competitivas aportadas no setor turístico formal. O fato remete o visitante ecoturista ao empreendedorismo para completar um cluster de entretenimento, mobilizando esforços para multiplicar os investimentos internacionais e locais.

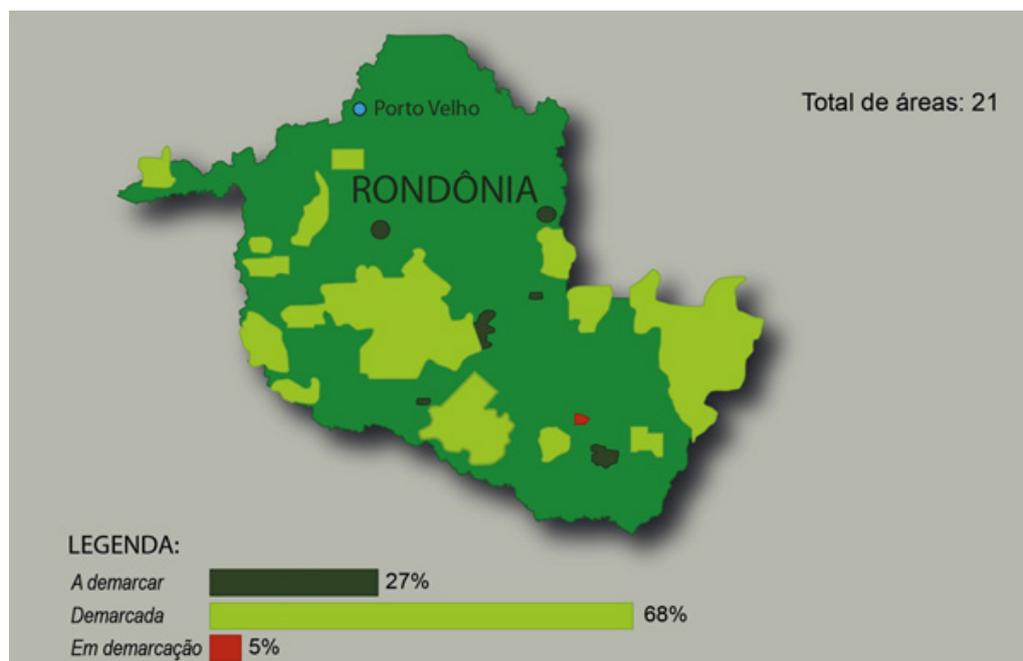
A Agência do Estado, respeitável veículo de notícias no Brasil, em divulgação pública não contestada, torna pública na sua edição do dia 18 de março de 2007 o investimento direto de R\$ 108,9 milhões da Alemanha, Estados Unidos, Japão e Holanda para a preservação de florestas no Brasil, e de R\$ 85 milhões da Alemanha exclusivamente para a preservação na Amazônia no ano de 2005. As organizações não-governamentais investiram aproximadamente R\$ 36,6 milhões por ano na Floresta Amazônica no ano de 2005, sendo que parte deste recurso financeiro vem de sedes internacionais destas organizações, ou de repasse oriundo de cooperação internacional, e a filial brasileira da organização World Wild Found, sediada na Suíça e com escritório em centenas de países, destina regularmente à Amazônia aproximadamente R\$ 10 milhões, sendo que 99% destes recursos são estrangeiros. O Instituto Sócio-ambiental (ISA), organização não governamental brasileira aplicou R\$ 9,2 milhões na Amazônia em 2006, sendo que aproximadamente R\$ 7,9 milhões deste recurso foram oriundos de fonte externa. Cabe direcionar parte destes recursos para o empreendedorismo indígena, até como forma de parceria de interesse com os Guardiões da Floresta.

A partir dos investimentos financeiros para melhoria da qualidade de vida das populações indígenas, o governo brasileiro passa a apoiar o desenvolvimento de projetos voltados para auto-sustentabilidade econômica, ambiental e cultural das comunidades clânicas sob a proteção da Fundação do Índio. A iniciativa governamental se volta, essencialmente, para a atividade agropecuária nas comunidades indígenas selecionadas, para a produção, geração de renda e ocupação de mão-de-obra que motive a melhoria da condição de vida destas populações. A segurança alimentar do índio passa a ser também uma preocupação junto aos programas internos de intervenção, reforçando ações para atividade agrosilvopastoril sustentável, com metodologias específicas concretizadas nas parcerias de organizações públicas e privadas, principalmente na Amazônia.

Estratégia com base na relação etnoespacial

Esta perspectiva é do interesse do ecoturista em sua viagem cultural, científica e de negócio. A Fundação do Índio adota como conceito de Territorialidade, aquele oferecido pela pesquisadora Alcida Rita Ramos: “Terra indígena é muito mais que simples meio de subsistência. Representa suporte da vida social, está ligada diretamente às crenças e conhecimento”. No Estado de Rondônia a situação territorial atual está indicada na Figura 6 a seguir. Em uma visão sem precedente na relação do ecoturismo, este tópico busca reconstituir a qualificação também incomum para o visitante em espaços exóticos, para a formalização de troca de saberes sem deformar a origem. A Professora Doutora Joana Aparecida Fernandes Silva, antropóloga pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Mato Grosso focaliza a utilidade do espaço territorial indígena. Ela procurou definir Terra, como sendo o lugar da produção agrícola ou do solo. Segundo a pesquisadora, as comunidades clânicas expandem tal conceito, passando a ter o sentido coletivo de habitat, onde sobrevivem e se reproduzem em sua própria cultura, e onde descansam os seus antepassados. O Professor José Afonso da Silva, da Escola de Advocacia Geral da União, oferece a sua contribuição nesta pesquisa, ao abordar aspecto histórico de natureza jurídica da posse das terras pelos indígenas. Segundo ele, o indigenato é um instituto legal histórico para interpretação da territorialidade indígena brasileira. Se refere ao Alvará Régio de 1 de Abril de 1680, que foi confirmado pela Lei de 6 de Junho de 1755, na qual estabelecia princípios para os direitos indígenas às terras no Brasil. O referido docente de Direito Constitucional afirma que não se confunde o direito de estar nas terras, com o direito de ocupação, pois sendo o indigenato um ato natural de legitimação, requer tão somente do Poder Público a demarcação territorial para a continuidade do usufruto pela comunidade indígena, além da solução de possível conflito territorial envolvendo indígenas e outros, adotando um entendimento que pareceu comum ao pensamento dos profissionais da antropologia consultados.

Figura 6. Situação fundiária indígena no Estado de Rondônia.



Fonte: Adaptativo de Pedro Filho (2007) a partir de www.funai.gov.br

Vale trazer aqui a forma como Baines (2007), pesquisador na Universidade de Brasília, focaliza a questão dos conflitos envolvendo a etnicidade, no ângulo como vem sendo abordado em países como o Brasil. Permite compreensão das razões pelas quais se predomina um problema intransponível a questão territorial, espacial e étnica das populações indígenas brasileiras, que na verdade é um resultado da visão genérica da abordagem da relação territorial dos povos ameríndios. O autor nega as mudanças de autodeterminação e de integração na política indigenista brasileira, mesmo após as inovações concebidas a partir da Constituição da República Federativa do Brasil inaugurada em 1988. A Carta Magna estabeleceu no seu artigo 231, o reconhecimento dos direitos originários dos povos indígenas brasileiros. Ao tempo que garante a posse permanente das terras indígenas, com direito pleno, confirma que aquelas áreas são bens inalienáveis da União Federal, e os direitos passam a ser de usufruto das utilidades ali existentes, como a fauna, a flora e os atributos livres predominantes na geografia. A partir desta norma legal, pode o povo indígena utilizar os recursos ambientais, através de ações de caça, pesca, coleta e agricultura; entretanto se considera apenas o direito do uso originário dos povos tradicionais, porquanto a territorialidade é da União, com direito de usufruto do indígena.

Na seara da relação territorial com o direito das etnias, vem Oliveira (1998). Ele é taxativo ao considerar que o direito originário indígena nestas terras é decorrente da sua conexão sociocultural aos pré-colombianos que aqui habitaram desde séculos. Para o autor, este direito não apresenta exigibilidade, pois não é anulado e nem reconhecido, abrindo uma lacuna pendente de uma severa discussão que somente seria exequível após o preparo do elemento índio como cidadão apto ao exercício social, ambiental e econômico nos seus espaços constitucionais. Para o autor, a própria sobrevivência dos grupos de humanos, pela sua característica diferenciada dos demais indivíduos de uma sociedade eclética como a brasileira, já se constitui como fato suficiente para a garantia da propriedade territorial para todos os fins, inclusive para a atividade empresarial de exploração do ecoturismo clânico.

Oliveira (1998) lembra também que, para estes serem reconhecidos como indígenas pela estrutura dominativa institucionalizada foi ancorado um conjunto de elementos, como os recursos etnoambientais existentes em determinado espaço geográfico; e avança ao atribuir possibilidade da nulidade dos títulos dominiais obtidos pelos não-índios, mediante arguição pela FUNAI, órgão tutor dos indígenas brasileiros, e posteriormente cancelados mediante decisão do Poder Judiciário Brasileiro. Mas para o referido autor, este organismo tutorial não teria os recursos suficientes para indenizar as benfeitorias do particular e nem os meios financeiros para reinstalar os índios tutelados nestas terras após esta histórica regularização. Inobstante a significativa iniciativa do Poder Executivo brasileiro, ao publicar o Decreto 1.775 de 08 de janeiro de 1996, que veio para a contestação das demarcações territoriais indígenas, a solução da questão das terras clânicas enfrentará sempre obstáculos junto ao Poder Judiciário da nação, em função do acúmulo de processos e pela demora na decisão jurisdicional. Neste contexto, a paz na terra é e será uma referência para o visitante ecoturista.

Estratégia com base no patrimônio sociocultural indígena, seus valores básicos e sistema lógico

O ecoturista poderá usufruir de momentos lúdicos em contato com o patrimônio sociocultural nos anfiteatros indígenas em Rondônia. Cooper et al. (2001) apontam uma diferenciação aplicável nas

características funcionais entre estes anfitriões e visitantes no ecoturismo. Estes autores itenizam aspectos a serem considerados que serão confrontados com a realidade social entre indígenas: valores básicos e sistema lógico; crenças religiosas e tradições; costumes e estilos de vida; padrões comportamentais; sentido de organização do tempo e, por fim, atitude com relação a estranhos.

As sociedades tribais colocam o ambiente natural em primeiro plano, tanto que Claude Lévi-Strauss, com a sua obra “A ciência do concreto”, afirma que os nativos exploram o seu habitat, onde se encontram plantas e animais úteis para a sua existência e equilíbrio. Refere-se ao saber que traz o valor de utilidade. A existência de perspectiva dual pela taxonomia de folk ou etnotaxonomia é temática latente. Os povos clânicos estão na busca de equilíbrio, tendo Meggers (1987) explicitado sobre os mecanismos culturais que historicamente maximizaram o rendimento da alimentação tribal, adotando os seguintes sistemas lógicos: preservar pequenos espaços ou adotar fissão no aldeamento; dispersão da comunidade para evitar superpopulação; separação de áreas para reprodução de espécimes; mobilizar a aldeia para impactar a superpopulação, e nessa situação se faz nômade; adotar redução de taxa de crescimento populacional entre eles o infanticídio e, nesse caso, de mulheres, além de adotar tabu sexual para a contracepção. Estes saberes interessam ao visitante em ecoturismo com cultura, e ensinam a reprodução de tecnologias sociais, além de permitir o estudo comparado aos pesquisadores em trânsito na Amazônia.

Estratégia com base nas crenças e mitos indígenas

Esta estratégia tem como base os elementos tratados por Darcy Ribeiro, na sua obra intitulada “Diários Índios: os Urubus-Kaapor”, quando por método próprio, ele registrou a sua relação com os povos tradicionais, detalhando a interpretação da crença religiosa ou mítica. O visitante em atividade ecoturística em Rondônia terá um encontro cultural com as crenças e mitos tribais. Para o estudioso, os povos tupis reúnem uma mitologia de visões desconhecidas do mesmo mito. E por isso é que revela haver pensado em unificar num único corpo mítico a coerência nos seus apanhados. Porém evitou fazê-lo, por respeitar a percepção de fé, de crença e de divindade, que explica o fundamento de conduta pela expressão oral entre gerações.

Os Mitos são associações rituais da tradição popular, de natureza argumentativa, oponente à Filosofia, em face à sua irracionalidade. São narrativas lembradas na vida do povo, e expressas na forma discursiva entre os indivíduos. Porque estão contidas no aspecto cultural de uma população, passam a fazer parte da sua composição folclórica e cultural. Quando se aprofunda no estudo mítico da cultura popular, surge a mitologia, como a grega e a romana, com os seus homéricos e importantes relatos. O Mito não tem base científica, mas não deixa de ser um arquétipo neoplatônico, ou seja, um modelo representativo. Mas nas Ciências Sociais Aplicadas pode revelar o sentido figurado ou simbólico e, neste caso, poderá fazer parte da cultura na raça humana. A literatura sobre a crença cultural do povo tupi amazonóide concebe mitos voltados para a espiritualidade, como a deusa Y-Yára ou Mãe D’água; antes de ser sereia (metade do corpo em forma de peixe e a outra metade uma mulher), ela era uma bela índia guerreira, filha de um cacique; matou os seus irmãos invejosos para se defender, e por isso foi atirada pelo seu pai entre as águas dos Rios Negro e Solimões. Essa deusa passou a residir nas profundezas dos rios, vindo à tona todas as noites para exibir sua beleza bronzeada, com olhos verdes, que encanta o índio, levando-o a loucura, e por isso temida. Somente o pajé é capaz de curar o surto psicótico conhecido por encantamento provocado por essa sereia. Não há

como negar que este lendário mítico segue nas correntezas dos Rios Madeira, Guaporé, Roosevelt e outros que banham as terras rondonienses para envolver de encanto o visitante na Região.

Estratégia com base da capacitação dos indígenas

A Abordagem Behaviorista pode oferecer conceitos relevantes para a assimilação e capacitação dos Povos Tradicionais envolvendo as lideranças tribais. A Psicologia Social aplicada à Ciência da Administração identifica elementos de bloqueio sobre a mente do ser humano, tais como o medo e a desconfiança, a antipatia e a repulsa; e os demais fenômenos emocionais reativos como alegria e a tristeza, o prazer e o ódio, a raiva e a satisfação, todos determinantes de informações sensoriais, para que se possa preparar o anfitrião indígena para a inter-relação com visitantes ecoturistas ou pesquisadores em trânsito na Floresta Amazônica. Merece considerar a desenvoltura empática dos tribais da etnia Massai na África, demonstrada da Figura 7 a seguir, para o receptivo ecoturístico de sucesso, a conceber uma estratégia de capacitação de jovens e adultos indígenas para o ecoturismo na Amazônia.

Figura 7. Treinamento de jovens da etnia Massai, no Parque Nacional do Quênia (África)



Fonte: Foto de Mert Onengut, em obra não catalogada.

Estratégia com base na informação e marketing

A constituição dos atrativos ambientais se associa ao bem estar dos visitantes ecoturistas que pretendem momentos de paz em contato com a natureza intocada. Inobstante a implantação de pastagens tenha desfigurado a beleza cênica do espaço físico na Região, é possível trazer uma atitude conservacionista e preservacionista para os sitiantes e fazendeiros, de modo a fazer interação destes com o possível projeto de turismo sustentável, como o ecoturismo ora em perspectiva. As Figuras

8 e 9 apontam os produtos a serem disponibilizados aos visitantes. E o Quadro 3 a seguir especifica elementos estratégicos básicos como suporte ao negócio ecoturístico.

Figura 8. Produtos do ecoturismo indígena



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de observação do entorno.

Figura 9. Configuração dos produtos no ecoturismo indígena



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de observação do entorno.

Quadro 3. Sistema de informação e os elementos a serem considerados para o ecoturismo rondoniense

Sistema de Informação adaptado de Swarbrook (2000)	Elementos presentes no cenário do Estado de Rondônia
1. Geografia	Rios, com cachoeiras e corredeiras. Vales e montes próprios para trilhas. Trilhas selvagens em várias direções.
2. Biodiversidade	Animais silvestres próprios da Amazônia. Variedades de plantas da Amazônia, com ênfase nas variedades de Orquídeas de Rondônia e nas Plantas Medicinais.
3. Demais atrativos naturais	Clima equatorial característicos. Exuberância no verde contornado de matizes florais silvestres da Amazônia.
4. População anfitriã	Povos Tradicionais com a sua cultura exótica. Espontaneidade e pureza de espírito no receptivo simples. Residentes simples, dentre os estabelecidos na Zona Rural. Por questão de segurança pessoal, recomenda-se cautela na comunicação com indivíduos confluentes não autóctones.
5. Relações culturais com o anfitrião	Língua materna dos indígenas. Artesanato dos povos tradicionais. Musicalidade e Dança do tribal. Os mitos e os rituais dos povos clânicos.
6. Interessados visitantes ou não	Pesquisadores e os amantes do ecoturismo indígena e afins. Curiosos sobre temas da Amazônia. Obstrutores desejosos em cometer delitos ambientais e outros malefícios em um Estado fronteiriço.
7. Ideologia política dominante	Evidente tendência à manipulação do indígena. Inexistência de política funcional válida. Protecionismo de interesseiro e dos desinformados.
8. Interessados grupais	Organizações não governamentais voltadas para causa indigenistas. Autoridades do controle de Estado, voltadas para as riquezas naturais amazônicas.

Fonte: Adaptado de Swarbrook (2000) pelo autor.

Conclusões e sugestões

Este estudo se encontra em andamento e as perspectivas consideradas nesta tarefa dependem de norma legal para que se transforme em produtos ecoturísticos o meio ambiente, o patrimônio imaterial clânico na Amazônia. Esta perspectiva inovará o turismo ecológico brasileiro com adicional significativo aos cofres públicos com os tributos a serem recolhidos da economia turística, desde que preservem a cultura autêntica dos Povos tradicionais. Como sugestão, adverte-se dos riscos do isomorfismo mimético, ou seja, a cópia simples de modelos conhecidos que não condiz com os amazônidas, pois os paradigmas levantados aqui não foram testados localmente. Além da necessidade de educação ambiental do visitante, merece registrar a prescrição da Portaria 21, de 30 de Novembro de 1995, do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal editada com apoio da Fundação do Índio. Esta Portaria estabelece que:

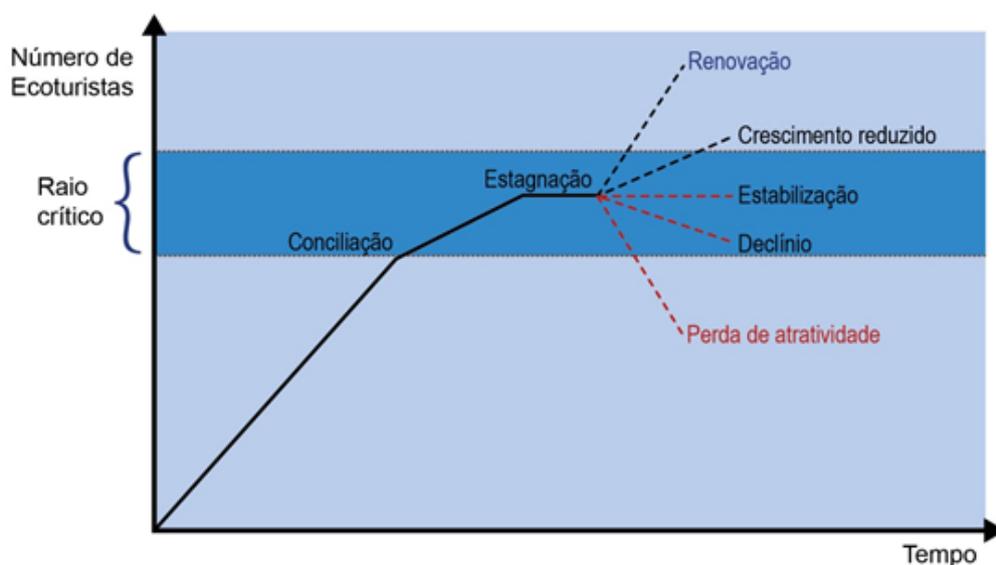
- a) A tradição cultural dos índios deverá sobrepor os interesses pelo ecoturismo. Logo, a tendência da regra é criar um Turismo Indígena de natureza cultural.

- b) O ecoturismo indígena deverá levar em consideração o nível de contato que vem sendo mantido entre os tribais e a civilização dos não índios.
- c) O ecoturismo em terras indígenas exige a participação direta de toda a comunidade clânica, em todas as fases do processo de planejamento.
- d) A gestão do ecoturismo em terras indígenas deverá ser efetuada pelos próprios indígenas, e para tanto devem estar treinados previamente, segundo os seus interesses comunitários.
- e) O ecoturismo indígena deverá gerar recursos econômicos destinados à melhoria da qualidade de vida nas tribos.
- f) Na atividade de ecoturismo indígena deverá se praticar o uso sustentável dos recursos naturais.
- g) A atividade de ecoturismo indígena deverá ser uma atividade complementar a outras práticas e programas que a comunidade clânica venha desenvolvendo.

Sugestão do antimarketing em face do ecoturismo indígena

Se por um lado se demonstram a salvaguarda pelo respeito à tradição e cultura dos povos indígenas por meio da conscientização dos visitantes, por outro é possível medidas protetivas a partir do monitoramento adequado e de medidas antimarketing no formato ora proposto. A decisão estratégica pela atividade considerará o gráfico do ciclo de vida do negocio ecoturístico, oferecido por Swarbrook (2000), apresentado na Figura 10 a seguir, para analisar o rito da estagnação que o ecoturismo trará para os atributos ambientais, enquanto que nos Quadro 4 estão as medidas estratégicas em perspectiva.

Figura 10. Interpretação do ciclo de vida do ecoturismo indígena



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (2000), por Pedro Filho (2007).

Quadro 4. Variáveis do ciclo de vida no ecoturismo indígena e as estratégias protetivas

Variáveis do ciclo de vida do ecoturismo indígena, adaptado de Swarbrook (2000)	Estratégias protetivas fundamentais
1. Controle no número de ecoturista visitante	Primeira variável da relação. A falta de controle no acesso pode gerar degradação, que se inicia com a lesão progressiva provocada pelo impacto da presença. A falta de educação ambiental reflete no ciclo de vida do negócio. Impor educação ambiental antes do acesso ao espaço do ecoturismo indígena.
2. Raio crítico	Variável intermediária. É o espaço entre o tempo e o volume do fluxo de visitante. Permite controle para a tomada de medida de restauração em benefício do ecoturismo indígena. Neste caso ajustar as providências esquemáticas de proteção.
3. Tempo	Segunda variável da relação. A programação temporal pode beneficiar o negócio, com providências benéficas, como manutenção do espaço, re-embelezamento dos sítios, capacitação dos envolvidos, inclusão de programas de educação ambiental, reprogramação da atividade e outras medidas de intervenção capazes de salvaguardar o patrimônio indígena.
4. Estagnação	Tendência negativa. Primeira consequência da falta de controle do fluxo no sítio ecoturístico. Dá início à saturação da atividade. Adotar medidas impactantes a favor da proteção ambiental e do patrimônio indígena.
5. Consolidação	Tendência positiva do ecoturismo indígena. Consequência de um comportamento proativo do gestor do negócio. Exige equilíbrio entre a primeira e a segunda variável tratadas aqui. Manter monitoramento adequado.
6. Renovação	Medida de reparação em benefício do status do negócio, na busca da manutenção da atratividade. Monitorar o fluxo e adotar ajustes no controle protetivo quando necessário.
7. Crescimento	Tendência positiva do ecoturismo indígena, em face da aceitação pública dos programas disponibilizados e do receptivo ofertado ao visitante. Manter monitoramento adequado.
8. Estabilização	Tendência positiva do negócio, resultado de providências de ajustes inteligentes. Neste caso manter as medidas protetivas.
9. Declínio	Tendência negativa. É resultado da falta de fiscalização do funcionamento do receptivo, e da inobservância dos indicativos acima. Neste caso suspende a entrada de visitantes.
10. Perda de atratividade	Tendência negativa máxima. A demora na reparação resultará em extinção do sítio ecoturístico e, por consequência, desistência do negócio. Neste caso interrompe-se a visita.

Fonte: Adaptado de Swarbrook (2000), por Pedro Filho (2007).

Portanto, a medida antimarketing é uma ação gerencial de desestímulo à busca pelo produto ecoturístico disponibilizado pelo tribal para a visita pública. É uma providência fundamental para salvaguardar o patrimônio físico e imaterial da atividade ecoturística indígena em funcionamento nos espaços liberados. O gestor no ecoturismo estará controlando o comportamento do consumidor dos serviços de hospitalidade que oferece. E hoje os gerentes seniores já podem aplicar a tecnologia

da informação para evitar a degradação do espaço natural e defender práticas favoráveis ao ecoturismo sustentável. No caso específico da Amazônia Brasileira, onde estão os espaços mais requisitados para tais práticas, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) pode ser um instrumento inovador para instituir técnicas avançadas de controle. Tal procedimento envolve não apenas as ações fiscalizadoras como também permite medidas de reversão e de ajuste, como o antimarketing ecoturístico. O SIVAM é uma rede de coleta e processamento de informações, podendo mapear uma reserva indígena e, aplicando uma programática adequada, servir como instrumento de acompanhamento eficiente em favor da atividade de ecoturismo indígena.

Desta forma se conclui a tarefa proposta, que delineou os aspectos estratégicos principais para que se compreenda sobre a realidade de uma atividade de turismo em espaços indígenas, induzindo ao respeito do que se passa a conhecer, e a salvaguardar o patrimônio imaterial dos Povos da Floresta até então desintegrados da civilização. Também se consolida aqui um sistema de controle que permita medidas protetivas não apenas do espaço físico contra a degradação ambiental decorrente do fluxo de visitantes, como ainda aponta uma estratégia para conduzir a resultados satisfatórios no entorno do natural ofertado ao lazer e entretenimento com cultura.

Referências bibliográficas

ACHÍO TACSAN, M. Los comités de ética y la investigación en ciencias sociales. Costa Rica: Red Revista de Ciencias Sociales de Ciencia, 2006.

ALIMONDA, H. Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

ARTHUR, W. B. Increasing returns and path dependence in the economy. USA: The University of Michigan Press, 1994.

BAINES, S.G. A educação indígena no Brasil, na Austrália e no Canadá: Uma perspectiva contrapartida. Brasília: UNB, 2007.

BOISIER, S. Desarrollo territorial y deascentralización: El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. Santiago: Cielo, 1999.

COOPER, C et al. Turismo: princípios e prática. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DUNN, C. M.; CHADWICK, G. Protecting study volunteers in research. A Manual of Investigative. Boston: University of Rochester, 1999.

FEITOSA, M,N; DA SILVA, S,S. Patrimônio cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local. Anais... Bahia, 2011. Disponível em: <<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/#>> Acesso em Março, 2012.

GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas. 1994.

HOLLING, C. S. et all. Science, sustainability and resource management. Cambridge: University Press, 1998.

HONEY, M. Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise? United States of America : Island Press, 1999.

JANER, A.; MOURÃO, R. Elaboração do produto de ecoturismo. In: MITRAUD, S. Manual de ecoturismo de base comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

KERLINGER, F. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento Conceitual. São Paulo: Epu/Edusp, 1980.

KRUGMAN, P. The self-organizing economy. Oxford UK: Ed. Blackwell Publishers, 1996.

LEENDERS, M.; ERSKINE, J. Case Research: The Case Writing Process - Divisão de pesquisas e Publicações. Ontário: Escola de Administração da Universidade de Western, 1973.

MEGGERS, B. Amazônia: a ilusão de um paraíso. Tradução de Maria Ieda Linhares. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MIDDLETON, V. Marketing de turismo: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

OLIVEIRA, J.P. Indigenismo e territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1998.

PEDRO FILHO, F. Empresa Familiar Clânica: Um estudo de caso de etnodesenvolvimento com ecoturismo indígena em Rondônia. Asunción: UAA/ Revista Científica Irundu, 2007.

PEDRO FILHO, F. Gestão sustentável de empresa familiar: Um estudo de caso focalizando o ecoturismo indígena a ser gerenciado pelo Povo Paiter Surui na Região de Cacoal, Estado de Rondônia. Asuncion: UAA, 2009.

PRATS, Laurence. Antropología y Patrimonio. Barcelona: Ariel, 2005.

SACHS, I. Repensando o Crescimento Econômico e o Progresso Social: O papel da política. São Paulo: Editora Unesp/ Edusp, 2001.

SAUTU, R. Manual de Metodología. Buenos Aires, 2005.

SWARBROOK, J. O turismo sustentável: Conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1998.